

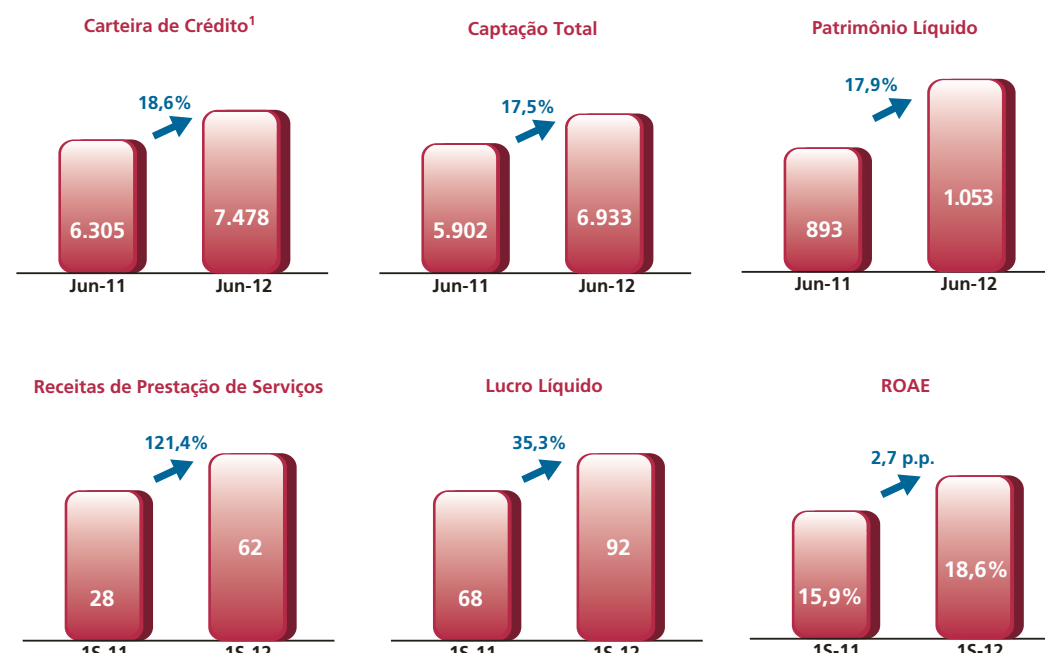
Senhores Acionistas,

A Administração do PINE, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2012.

1- MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, investidores, clientes e analistas, Tivemos um importante primeiro semestre em 2012 no PINE. Atingimos um lucro líquido de R\$ 92 milhões, o que representa um ROAE de 18,6%, e a qualidade do resultado continua a ser destaque. Permanecemos em linha com a nossa estratégia de servir nossos clientes com um leque de produtos cada vez mais amplo, sempre atendendo às empresas de forma personalizada, criando fidelidade e diversificando nossas fontes de receitas. Neste semestre, todas as nossas linhas de negócio contribuíram para os resultados: Crédito Corporativo, Mesa para Clientes e PINE Investimentos, com participação cada vez maior dos produtos e serviços além de crédito corporativo. Temos uma robusta cobertura da carteira de crédito, que conta com uma provisão adicional constituída em dezembro de 2011. Nossa estrutura de capital é forte, com Índice de Basileia de 15,9%. Em termos de liquidez, o Banco continua muito saudável, tendo encerrado junho com 38% dos depósitos a prazo em caixa. O cenário econômico de 2012 permanece instável, com importantes mudanças nas perspectivas europeias e norte-americanas, além dos desafios relacionados à atividade econômica no Brasil. O PINE está preparado para esta nova conjuntura local e internacional. Além de termos trabalhado intensamente nos últimos anos para diversificar os resultados do Banco, com alocação ainda mais eficiente de capital, criamos proteções que tornaram nosso balanço muito sólido. Estamos constantemente trabalhando para construir um banco cada vez melhor para nossos clientes, acionistas, colaboradores e investidores. Permanecemos otimistas com nosso negócio e atentos ao cenário econômico doméstico e internacional.

2- DESTAQUES DO PERÍODO



¹ Inclui Fianças e Títulos Públicos (debêntures, CRI's, eurobonds e cotas de fundos)

3- PERFIL INSTITUCIONAL

O PINE (BM&FBovespa: PINE4) é um Banco de atacado focado em estabelecer relacionamentos de longo prazo com seus clientes. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas personalizadas. Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade, características consistentemente desenvolvidas pelo Banco. O PINE possui uma ampla rede de relacionamento com empresas dos mais diversos setores, como Açúcar e Alcool, Infraestrutura, Energia Elétrica e Renovável, e Agricultura, entre outros. Além de diversos produtos de Crédito Corporativo (capital de giro, repasses do BNDES, *trade finance*, entre outros), o cliente tem à disposição a Mesa para Clientes, com alternativas para mitigação de riscos de descasamentos de mercado, dando mais previsibilidade a seus balanços, e a PINE Investimentos, em mercado de capitais, gestão de recursos e *corporate finance*.

4- CENÁRIO MACROECONÔMICO

O primeiro semestre de 2012 reforçou a visão que o ciclo de deteriorações do cenário seguidas de intervenções políticas seguirá ao longo do ano. O término do 11T12 trazia perspectivas positivas com a inauguração, por parte do banco central europeu, do *Longer-Term Refinancing Operations* de três anos. No entanto, a insegurança dos investidores foi reiniciada com o reconhecimento, na Espanha, de despesas e déficits fiscais maiores do que os contabilizados anteriormente, com a possibilidade de renegociação dos termos do resgate grego, com a perspectiva de nova retração econômica da região e, assim, com as desconfianças sobre o futuro da própria união monetária. Da mesma forma, o grau de desaceleração tanto da atividade norte-americana quanto chinesa superprenderam negativamente ao longo do semestre, com taxas de expansão no 2T12 ainda menores que no trimestre anterior. A falta de dinamismo da atividade nos EUA e a preocupação do governo chinês em suavizar o ciclo econômico atual foram consistentes, respectivamente, com a extensão da operação TWIST e com as reduções promovidas tanto do compulsório quanto das taxas para empréstimos e depósitos. Já no Brasil, o quadro de deterioração externa trouxe novas rodadas de queda da Selic. Apenas em 2012, o Banco Central Brasileiro promoveu redução de 300 pontos na taxa básica de juros, cravando sua mínima histórica e mantendo a porta aberta para a continuidade do afrouxamento monetário. Vê-se que a conjuntura atual implica a manutenção dos juros em níveis comprimidos ao redor do mundo por amplo período. Deste modo, a despeito da complexidade do cenário global, a farta liquidez encontra ambiente favorável no Brasil, em um contexto de juros reais ainda elevados e quadro fiscal relativamente positivo.

5- DESEMPENHO

Destaque do Resultado

O lucro líquido do PINE alcançou R\$ 92 milhões no primeiro semestre de 2012, um incremento de 35,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado operacional atingiu R\$ 145 milhões, 32,7% superior ao apresentado no 1S11. Os principais fatores que contribuíram para o aumento no período foram o crescimento da carteira de crédito e a maior participação da PINE Investimentos. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1,053 milhões com um crescimento de 2,3% em relação a março de 2012 e de 17,9% em 12 meses. Com isso, fica claro o resultado da estratégia de diversificação de produtos e receitas do Banco.

	1S12	1S11
Resultado e rentabilidade		
Lucro líquido (R\$ milhões)	92	68
ROAE anualizado	18,6%	15,9%
Balanco patrimonial (R\$ milhões)		
Ativos totais	10.038	10.091
Carteira de crédito de empresas expandida ¹	7.478	6.305
Depósitos totais ²	3.831	3.606
Captação total	6.933	5.902
Patrimônio líquido	1.053	893
Qualidade da carteira		
<i>Non performing loans</i> - 90 dias	0,3%	0,2%
Cobertura da carteira	4,0%	2,7%
Desempenho		
Índice da Basileia	15,9%	16,6%
Lucro por ação ³ (R\$)	0,93	0,80
Valor patrimonial por ação ³ (R\$)	10,65	10,62

¹ Inclui fianças, títulos privados e desconsidera carteira remanescente do Varejo

² Inclui LCA e LCI.

³ Para 2T11 e 1S11 considera 84.034.266 ações, para os outros períodos considera 98.852.774 - após *split* de ações

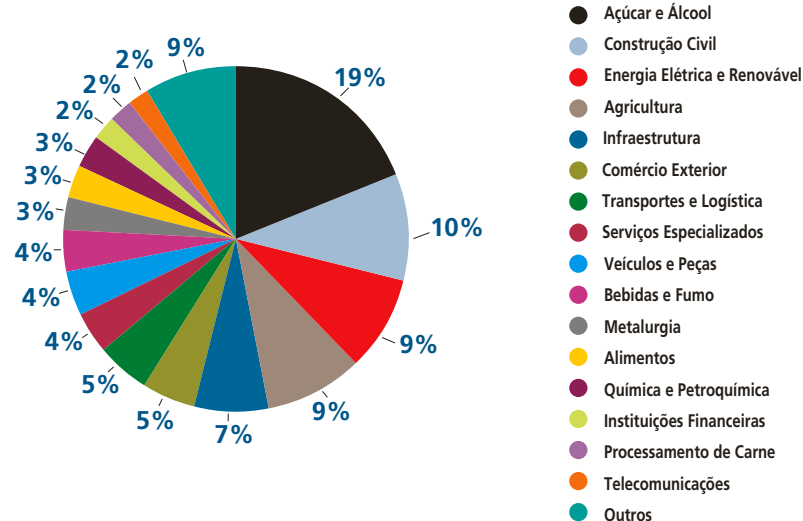
Destaque do Balanço

O total de ativos montou a R\$ 10,038 milhões em 30 de junho de 2012.

Carteira de Crédito

O saldo da carteira de crédito registrado em balanço em junho de 2012 atingiu R\$ 5,238 milhões, um aumento de 7,4% em 12 meses. Considerando-se o saldo da carteira de empréstimos a Empresas, que inclui Fianças, houve um crescimento de 11,7% em doze meses, atingindo R\$ 6.906 milhões. Em linha com a busca constante de ampliar a oferta e a diversificação de instrumentos de crédito para clientes, as operações de *Trade Finance* apresentaram um crescimento de 49,5% no ano, para R\$ 1.154 milhões. Do total da carteira de crédito para Empresas, 83% provém de clientes com faturamento acima de R\$ 150 milhões e 71%, acima de R\$ 500 milhões. Considerando-se as empresas acima de R\$ 1 bilhão, o percentual é de 57%. A agilidade e a segurança na aprovação e estruturação de operações são fatores críticos para o desenvolvimento dos negócios e para a manutenção da qualidade da carteira de crédito. Com uma equipe qualificada e especializada de mais de 60 colaboradores, envolvidos nas áreas de Crédito, Formalização e Jurídico, o PINE analisa, formaliza e monitora todas as operações de crédito, buscando a gestão eficiente e segura do portfólio de crédito. Outro diferencial do Banco no gerenciamento de sua carteira é o próprio time de origemação, que é muito próximo dos clientes. Como parte do modelo de negócios do PINE, cada *officer* de origemação tem um baixo número de clientes em sua carteira, em torno de 10 grupos econômicos. O PINE possui também uma equipe própria de pesquisa macroeconômica, de *commodities* e setorial, que complementa a atividade dos analistas de crédito. Além disso, o Banco mantém parcerias com provedores de informações especializados em determinadas indústrias, como, por exemplo, o *sucroalcooleiro*. A carteira de Empresas é pulverizada nos variados segmentos da economia. O PINE opera de forma conservadora e diversificada em cada um destes setores e tem mantido a alocação setorial da carteira de crédito relativamente constante. Cerca de 50% da carteira está distribuída em setores de alto potencial de crescimento, como Açúcar e Alcool, Agricultura, Infraestrutura e Energia Elétrica e Renovável. Todos estes fatores aliados a uma política rígida de garantias são determinantes para a alta qualidade da carteira de crédito, para o balanceamento adequado de risco e retorno e a eficiência na alocação de capital.

==> Participação na Carteira de Crédito - Setores



Qualidade da Carteira de Crédito

O Índice da Cobertura da Carteira de Crédito atingiu 4,0% em Junho de 2012, comparado com 2,7% apresentado em Junho de 2011.

Mesa para Clientes

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Juros, Moedas e *Commodities*. O PINE oferece os principais produtos de derivativos, entre eles *NDF (Non Deliverable Forward)*, estruturas de opção e *swaps*. O Banco não oferece derivativos exóticos ou alavancados.

PINE Investimentos

A PINE Investimentos, unidade de produtos de Banco de Investimentos do PINE, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e Gestão de Recursos. No 1S12, a PINE Investimentos, através de sua unidade de Mercado de Capitais, liderou a estruturação de mais de R\$ 650 milhões em operações para seus clientes, utilizando os mais diversos instrumentos. A área de Assessoria Financeira auxilia os clientes a encontrar a melhor estrutura de capital, com base em seus objetivos de longo prazo. As principais linhas de atuação são *Project Finance*, *M&A* e operações híbridas de setorial. Durante o 2T12, além dos diversos mandatos em andamento, o PINE anunciou a conclusão de uma importante operação no setor de Energia, no valor de R\$ 540 milhões.

Captação

As fontes de captação do PINE são diversificadas. No mercado local, o PINE capta fundos por meio da oferta a investidores institucionais, pessoas jurídicas e físicas de certificados de depósitos e outros instrumentos de dívida local, como letras financeiras, LCA e, também, através de operações de captação estruturadas. O total de captação atingiu R\$ 6,933 milhões em junho de 2012, um crescimento de 8,0% no trimestre, e de 17,5% em relação a junho de 2011. A captação foi positivamente impactada pela emissão de Letras Financeiras no montante de R\$ 313,2 milhões, em Abril de 2012. O saldo de depósitos a prazo, incluindo Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI), atingiu R\$ 3,604 milhões, em linha com o trimestre anterior e 7,8% acima do 2T11. O prazo médio ponderado dos depósitos atingiu 12 meses, enquanto o prazo médio da captação total ficou em 16 meses. No âmbito internacional, além de ampliar sua base de bancos correspondentes para cerca de 60 instituições, o PINE obteve incremento em seus limites anteriormente estabelecidos. Essas instituições incluem bancos em diversos países e agências multilaterais como DEG, IFC, IDB, FMO e Proparco. O Banco sempre realiza o *hedge* de 100% das suas captações externas.

Casamento de Ativos e Passivos

Na gestão de ativos e passivos, as fontes de captação são alinhadas em prazo e custo aos respectivos portfólios de operações ativas. Enquanto o prazo médio ponderado da carteira de crédito é de 13 meses, o prazo da captação é de 16 meses, o que garante uma situação confortável ao Banco. Este *gap* é mantido há mais de 27 meses. Importante ressaltar, que o saldo de caixa - no valor de R\$ 1,4 bilhão - permite ao PINE cumprir com todos seus vencimentos de longo prazo.

Índice da Basileia

Em junho de 2012, o índice de Adequação de Capital do Banco atingiu 15,9%, acima do limite mínimo exigido pelo Banco Central, de 11%. A queda de 1,4 ponto percentual em 12 meses é explicada, principalmente, pelo crescimento da carteira de crédito, mudanças regulatórias, especialmente na parcela de capital alocado para Risco de Mercado, e redução em 20% da parcela de dívida subordinada permitida para composição do nível 2 de Capital.

6- REDE DE ORIGINAÇÃO

Com sede em São Paulo, SP, e presença nas principais capitais e polos de negócios, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, a rede de origemação se completa com a agência nas Ilhas Cayman. A estratégia de negócios do PINE não é dependente de uma ampla rede de agências, já que a equipe está organizada regionalmente e o Banco está constantemente monitorando e visitando seus clientes, o que beneficia sobremaneira a estrutura de seus custos fixos.

7- RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do PINE. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. O total de funcionários do PINE em junho de 2012 foi de 428 colaboradores.

8- GOVERNANÇA CORPORATIVA

Diante da evolução natural do negócio e alinhado à sua cultura meritocrática, o PINE consolidou a liderança da organização e promoveu ainda mais a integração de seus negócios, com as seguintes mudanças em Abril de 2012:

- Norberto Zaiet Junior - *Chief Operating Officer* (COO): passa a liderar as estruturas de Originação, PINE Investimentos e *Sales & Trading*
 - Susana Waldeck - *Chief Financial Officer* (CFO): além de liderar as áreas de Controle, assume a estrutura de Relações com Investidores
 - Gabriela Chiste - *Chief Risk Officer* (CRO): lidera a gestão consolidada de Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional e Controles Internos & *Compliance*
- O Conselho de Administração também criou dois importantes Comitês em 2012: o Comitê de Remuneração e o de Auditoria, que substituiu o Conselho Fiscal.
- O PINE possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo PINE, estão:
- Três membros independentes e um membro externo no Conselho de Administração
 - 100% de *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais
 - Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas
 - Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS
- Durante o primeiro semestre, destacam-se:
- Criação dos Comitês de Remuneração e Auditoria, respondendo diretamente ao Conselho de Administração
 - Migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa
 - Nomeação de Gustavo Junqueira, ex-Vice-Presidente da PINE Investimentos, como membro externo do Conselho de Administração

9- RECONHECIMENTO DO MERCADO

Segundo o ranking Maiores e Melhores da revista Exame, o PINE ocupa a 9ª posição entre os maiores em crédito para grandes empresas, a 15ª posição entre os maiores bancos do país em oferta de crédito para Pessoa Jurídica e a 5ª posição em riqueza criada por empregado.

10- RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O PINE disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo (www.pine.com.br/ri), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5343, e-mail: ri@pine.com.br).

11- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O PINE entende que atuar com responsabilidade socioambiental é, sobretudo, agir de maneira ética em todas as suas esferas e, através de seu negócio, contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira sustentável. A cada ano, o PINE vem ampliando sua atuação social com o aumento do número de projetos apoiados, abrangendo as áreas cultural, esportiva, educacional e social.

12- RATINGS

		Standard & Poor's	Fitch Ratings	Moody's	Riskbank	LFRating	Austin
Moeda Local e Estrangeira	Longo Prazo	BB+	BB	Ba2	-	-	-
	Curto Prazo	B	B	-	-	-	-
	Longo Prazo	BB+	BB	Ba2	-	-	-
	Curto Prazo	B	B	-	-	-	-
Nacional	Longo Prazo	brAA	A+(bra)	A1.br	10,66	A+	A+
	Curto Prazo	-	F1(bra)	Br-1	-	-	-

13- PINE4

No final de 2011, o Conselho de Administração propôs aumento de capital do PINE através da utilização de parte do saldo das contas de Reserva Legal e Reservas Estatutárias. A proposta foi aprovada em AGE de dezembro de 2011 e, em fevereiro de 2012, foram emitidas 12.274.766 novas ações e distribuídas aos acionistas a título de Bonificação. Hoje, o novo total de ações é de 98.852.774 ações ordinárias e preferenciais.

Durante o 2T12, o PINE realizou recompra de ações, totalizando 125.000 ações. Estas ações encontram-se em Tesouraria e serão utilizadas como forma de remuneração aos diretores estatutários, de acordo com a Resolução 3.921 do Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2012

	ON	PN	Total	%
Controlador	51.886.766	15.595.863	67.482.629	68,3%
Administradores	-	5.090.897	5.090.897	5,1%
Free Float	-	26.154.248	26.154.248	26,5%
<i>Pessoas Físicas</i>	-	3.382.393	3.382.393	3,4%
<i>Institucionais Locais</i>	-	11.054.997	11.054.997	11,2%
<i>Estrangeiros</i>	-	11.716.858	11.716.858	11,9%
Tesouraria	-	125.000	125.000	0,1%
Total	51.886.766	46.966.008	98.852.774	

14- AUDITORES EXTERNOS

O PINE tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

15- EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de capital de aproximadamente R\$ 155,0 milhões. O aumento se dará a partir da execução, nesta data, de um acordo de subscrição com o DEG, no valor de R\$ 30,00 milhões, em paralelo ao aporte do acionista majoritário, no valor de R\$ 93,7 milhões, e dos administradores, no montante de R\$ 7,2 milhões. Além disso, a agência francesa Proparco aprovou, em princípio, um investimento de até € 10 milhões. Essas transações elevarão o Índice de Basileia a 17,5%, um aumento aproximado de 1,6 p.p., e estão sujeitas às aprovações dos órgãos reguladores e outras condições precedentes, como anunciado no fato relevante de hoje.

A Administração



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado		PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011			2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE		7.261.885	7.131.386	7.295.486	7.302.429	CIRCULANTE		5.757.148	6.006.323	5.723.934	5.976.965
Disponibilidades	4.	12.118	103.219	12.123	103.219	Depósitos	12.	1.903.396	1.801.011	1.864.446	1.766.639
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	364.874	141.260	365.694	216.701	Depósitos à vista		32.991	63.154	32.708	52.570
Aplicações em depósitos interfinanceiros		106.046	45.616	106.046	45.616	Depósitos interfinanceiros		161.314	203.785	148.506	181.459
Aplicações em moedas estrangeiras		148.218	15.644	148.218	15.644	Depósitos a prazo		1.709.091	1.534.072	1.683.232	1.532.610
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		3.207.939	3.793.599	3.232.488	3.888.921	Captações no mercado aberto	13.	1.263.053	2.293.684	1.263.053	2.293.684
Carteira própria	6. a)	1.577.110	880.798	1.601.659	976.120	Carteira própria		1.263.053	2.293.684	1.263.053	2.293.684
Vinculados a compromissos de recompra	6. a)	1.270.080	2.299.553	1.270.080	2.299.553	Recursos de aceites e emissão de títulos	18.	575.027	337.173	575.027	337.173
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	232.184	115.558	232.184	115.558	Recursos de letras de crédito do agronegócio		385.531	334.854	385.531	334.854
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	128.565	497.690	128.565	497.690	Recursos de letras financeiras		5.227	5.227	5.227	5.227
Relações interfinanceiras		1.374	5.171	1.374	5.171	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		170.399	2.319	170.399	2.319
Pagamentos e recebimentos a liquidar		132	155	132	155	Relações interfinanceiras	14.	3.174	5.434	3.174	5.434
Créditos vinculados:						Pagamentos e recebimentos a liquidar		725	5.434	725	5.434
Depósitos no Banco Central do Brasil		1.242	5.016	1.242	5.016	Consignações		2.449	5.434	2.449	5.434
Operações de crédito	7.	2.406.322	2.309.845	2.406.219	2.309.845	Relações interdependências		26.639	60.656	26.639	60.656
Operações de crédito - setor privado		2.524.836	2.358.900	2.524.836	2.358.900	Recursos em trânsito de terceiros		26.639	60.656	26.639	60.656
Operações de crédito - setor público		5.845	24.120	5.845	24.120	Obrigações por empréstimos e repasses	17.	1.658.970	1.270.993	1.658.970	1.270.993
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(124.359)	(73.175)	(124.462)	(73.175)	Empréstimos no país - outras instituições		338.805	327.701	338.805	327.701
Outros créditos	8.	1.209.502	754.479	1.217.932	754.759	Empréstimos no exterior		1.320.753	938.149	1.320.753	938.149
Carteira de câmbio		914.340	571.432	914.340	571.432	Repasses do exterior - instituições oficiais - BNDES		17.412	896	17.412	896
Rendas a receber		12.644	9.410	12.788	9.410	Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	126.780	113.048	126.780	113.048
Negociação e Intermediação de Valores		89.576	25.047	89.576	25.047	Instrumentos financeiros derivativos		126.780	113.048	126.780	113.048
Diversos	9.	198.031	156.453	206.217	156.731	Outras obrigações	15. a)	200.109	125.224	205.845	130.238
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(4.989)	(7.863)	(4.989)	(7.863)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhadas		1.698	1.866	1.698	1.866
Outros valores e bens		59.656	23.813	59.656	23.813	Carteira de câmbio	8.	73.077	37.807	73.077	37.807
Bens não de uso próprio		55.932	22.735	55.932	22.735	Sociais e estatutárias		8.544	18.064	8.544	18.064
Despesas antecipadas		3.724	1.078	3.724	1.078	Fiscais e previdenciárias	15. b)	25.735	25.024	30.899	30.295
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.	2.579.585	2.731.942	2.733.900	2.777.994	Negociação e intermediação de valores	19.	25.363	4.451	25.363	4.451
Aplicações em depósitos interfinanceiros		205.720	29.372	205.720	29.372	Divida subordinada	15. c)	53.480	26.962	54.052	27.102
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		438.610	654.218	353.742	557.198	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	12.	1.637.846	1.501.268	1.537.805	1.494.248
Carteira própria	6. a)	183.416	534.860	98.548	437.840	Depósitos		45.587	28.147	45.587	28.144
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	255.194	118.613	255.194	118.613	Depósitos a prazo		1.592.259	1.473.121	1.492.253	1.466.134
Vinculados à prestação de garantias		-	745	-	745	Recursos de aceites e emissão de títulos	18.	443.929	268.322	443.929	268.322
Operações de crédito	7.	1.598.825	1.703.500	1.835.381	1.843.316	Recursos de letras de crédito imobiliário		5.544	5.544	5.544	5.544
Operações de crédito - setor privado		1.677.186	1.742.669	1.913.742	1.882.935	Recursos de letras de crédito do agronegócio		323.025	17.382	323.025	17.382
Operações de crédito - setor público		625	10.257	625	10.257	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		91.878	241.183	91.878	241.183
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(78.986)	(49.876)	(78.986)	(49.876)	Obrigações por empréstimos e repasses	17.	534.750	620.401	711.761	834.017
Outros créditos		326.837	333.391	329.472	336.197	Empréstimos no país - outras instituições		-	-	177.011	213.616
Rendas a receber		24.655	19.996	24.655	19.996	Empréstimos no exterior		474.129	570.178	474.129	570.178
Devedores por depósito em garantia	16. b)	189.946	172.823	191.540	174.797	Repasses do exterior - instituições oficiais - BNDES		60.621	46.809	60.621	46.809
Diversos	9.	112.401	140.572	113.442	141.404	Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	60.898	105.069	60.898	105.069
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(165)	-	(165)	-	Instrumentos financeiros derivativos		60.898	105.069	60.898	105.069
Outros valores e bens		9.593	11.911	9.593	11.911	Outras obrigações	15. b)	455.360	481.214	455.361	483.511
Despesas antecipadas		148.526	48.473	148.526	48.473	Fiscais e previdenciárias		85.301	229.475	85.301	229.475
PERMANENTE		140.038	37.906	159	159	Divida subordinada	15. c)	39.024	17.511	39.024	17.511
Participações em controladas no país	10.	140.038	37.949	-	-	Obrigações por passivos contingentes	16.	29.564	14.316	29.564	14.316
Outros investimentos		-	157	-	159	Provisão para empréstimos e repasses		9.460	3.195	9.460	3.195
Imobilizado de uso	11. a)	6.183	7.984	6.185	8.070	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	20.	47.255	36.504	50.914	36.504
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.068	13.753	13.068	13.753	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.	1.052.810	892.700	1.052.810	892.700
Outras imobilizações de uso		4.470	4.351	4.473	4.460	Capital social		796.048	796.048	796.048	796.048
Depreciações acumuladas	11. b)	(11.355)	(10.120)	(11.356)	(10.143)	De domiciliados no país		729.698	391.778	729.698	391.778
Intangíveis		2.305	2.583	2.333	2.704	De domiciliados no exterior		66.350	30.828	66.350	30.828
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logícias		6.949	(6.150)	(7.387)	(6.494)	Reservas de capital		14.032	223.651	14.032	223.651
Amortização acumulada		(4.644)	(3.567)	(4.954)	(4.789)	Reservas de lucros		231.809	270.449	231.809	270.449
TOTAL DO ATIVO		9.989.996	9.911.801	10.037.912	10.091.356	Dividendos adicionais propostos		14.189	14.189	14.189	14.189
						Ajuste de avaliação patrimonial		(1.271)	(14.387)	(1.271)	(14.387)
						(-) Ações em tesouraria		(1.557)	(9.619)	(1.557)	(9.619)
						TOTAL DO PASSIVO		9.989.996	9.911.801	10.037.912	10.091.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota	Individual		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Operações de operações	21. a)	274.775	282.471	295.735	286.394
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	21. b)	284.626	181.019	278.692	184.020
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		30.156	33.000	30.156	33.000
Resultado de operações de câmbio		114.912	95.469	114.912	95.469
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(498.210)	(414.923)	(504.745)	(419.692)
Operações de captação no mercado	21. c)	(363.890)	(282.506)	(357.977)	(280.659)
Despesas de empréstimos e repasses	21. d)	(93.862)	(106.123)	(106.207)	(112.739)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(40.458)	(26.294)	(40.561)	(26.294)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		206.259	177.036	214.750	179.191
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(68.170)	(70.092)	(70.159)	(70.212)
Rendas de prestação de serviços	21. e)	24.406	15.967	24.406	15.967
Receitas de tarifas bancárias		2.313	1.849	2.313	1.849
Despesas de pessoal	21. f)	(42.793)	(30.838)	(44.315)	(31.810)
Outras despesas administrativas	21. g)	(42.342)	(46.559)	(43.518)	(47.319)
Despesas tributárias	21. h)	(4.972)	(12.121)	(8.193)	(13.320)
Resultado de participação em controladas	21. i)	25.517	5.854	25.517	5.854
Outras receitas operacionais	21. j)	37.881	16.391	37.881	16.391
Outras despesas operacionais	21. k)	(68.180)	(72.544)	(68.298)	(72.713)
RESULTADO OPERACIONAL		138.089	104.944	144.591	108.979
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		142.415	112.035	148.909	116.070
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.	(21.359)	(25.323)	(27.106)	(29.148)
Provisão para imposto de renda corrente		(306)	-	(4.234)	(2.527)
Provisão para contribuição social corrente		(184)	-	(2.031)	(1.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(20.869)	(25.323)	(20.841)	(25.110)
PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO		(28.969)	(19.178)	(29.733)	(19.388)
LUCRO LÍQUIDO		92.070	67.534	92.070	67.534
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		98.852.774	84.034.266	98.852.774	84.034.266
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,93139	0,80365	0,93139	0,80365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

i) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

j) Permanente
É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:
• Participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
• Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
• A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
• O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

l) Operações compromissadas
Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica Captações no mercado aberto.

m) Passivos circulante e exigível a longo prazo
São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Cartão-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
• Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
• Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cuja objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

o) Provisão para imposto de renda e contribuição social
As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$120 (no semestre), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 e posteriormente com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas contempladas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

p) Participações no resultado
O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários. As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado". (vide nota 23-a).

q) Uso de estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; taxas de depreciação do ativo imobilizado; amortização do diferido; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

r) Lucro por ação
É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Alterações de normas contábeis
Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB. Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a demonstração financeira da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades (Caixa)	12.118	103.219	12.123	103.219
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	258.829	96.254	259.649	171.696
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	270.947	199.473	271.772	274.915

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2012 e de 2011, estão compostas como segue:

Individual	2012					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Papel/Vencimento						
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LTN	67.007	-	-	-	-	67.007
NTN	43.603	-	-	-	-	43.603
Subtotal	110.610	-	-	-	-	110.610
Total de aplicações em operações compromissadas	110.610	-	-	-	-	110.610
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	-	-	313	-	313
CDI Rural	1.634	405	14.000	2.914	-	18.953
Subtotal	1.634	405	14.000	3.227	-	19.266
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	3.018	9.237	24.631	49.894	205.720	292.500
Subtotal	3.018	9.237	24.631	49.894	205.720	292.500
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	4.652	9.642	38.631	53.121	205.720	311.766
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	148.218	-	-	-	-	148.218
Total de aplicações em moedas estrangeiras	148.218	-	-	-	-	148.218
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	263.480	9.642	38.631	53.121	205.720	570.594

Consolidado	2012					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Papel/Vencimento						
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LTN	67.827	-	-	-	-	67.827
NTN	43.603	-	-	-	-	43.603
Subtotal	111.430	-	-	-	-	111.430
Total de aplicações em operações compromissadas	111.430	-	-	-	-	111.430
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	-	-	313	-	313
CDI Rural	1.634	405	14.000	2.914	-	18.953
Subtotal	1.634	405	14.000	3.227	-	19.266
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	3.018	9.237	24.631	49.894	205.720	292.500
Subtotal	3.018	9.237	24.631	49.894	205.720	292.500
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	4.652	9.642	38.631	53.121	205.720	311.766
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	148.218	-	-	-	-	148.218
Total de aplicações em moedas estrangeiras	148.218	-	-	-	-	148.218
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	264.300	9.642	38.631	53.121	205.720	571.414

Individual	2011					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Papel/Vencimento						
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LTN	80.000	-	-	-	-	80.000
Total de aplicações em operações compromissadas	80.000	-	-	-	-	80.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	611	-	-	20.713	21.324
CDI Rural	-	-	10.566	4.937	-	15.503
Subtotal	-	611	10.566	4.937	20.713	36.827
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	1.095	7.056	21.351	8.659	38.161
Subtotal	-	1.095	7.056	21.351	8.659	38.161
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.706	17.622	26.288	29.372	74.988
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	15.644	-	-	-	-	15.644
Total de aplicações em moedas estrangeiras	15.644	-	-	-	-	15.644
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	95.644	1.706	17.622	26.288	29.372	170.632

Consolidado	2011					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Papel/Vencimento						
Aplicações em operações compromissadas						
Posição Bancada						
LTN	155.441	-	-	-	-	155.441
Total de aplicações em operações compromissadas	155.441	-	-	-	-	155.441
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
Carteira própria						
CDI Pós	-	611	-	-	20.713	21.324
CDI Rural	-	-	10.566	4.937	-	15.503
Subtotal	-	611	10.566	4.937	20.713	36.827
Vinculados à prestação de garantias						
CDI Pós	-	1.095	7.056	21.351	8.659	38.161
Subtotal	-	1.095	7.056	21.351	8.659	38.161
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.706	17.622	26.288	29.372	74.988
Aplicações em moedas estrangeiras						
Aplicações em moedas estrangeiras	15.644	-	-	-	-	15.644
Total de aplicações em moedas estrangeiras	15.644	-	-	-	-	15.644
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	171.085	1.706	17.622	26.288	29.372	246.073

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2012 e de 2011, estava apresentada como segue:

Individual	Valores atualizados pelo mercado						Valor de curva
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Papel/Vencimento							
Títulos disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
NTN	-	-	-	-	82.377	82.377	83.141
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	84.868	84.868	84.868
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	593.790	-	-	-	-	593.790	593.790
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	16.171	16.171	16.171
Subtotal	593.790	-	-	-	183.416	777.206	777.970
Vinculados a compromissos de recompra:							
NTN	-	152.561	-	-	-	152.561	154.794
Subtotal	-	152.561	-	-	-	152.561	154.794
Total de títulos disponíveis para venda	593.790	152.561	-	-	183.416	929.767	932.764
Títulos para negociação⁽¹⁾:							
Carteira própria:							
LTN	-	339.741	44.132	230.342	198.264	812.479	799.614
NTN	-	-	-	-	165.005	165.005	161.271
Debêntures	-	-	-	-	4.886	4.886	4.886
Eurobonds	-	-	-	-	950	950	950
Subtotal	-	339.741	44.132	230.342	369.105	983.320	966.721
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	776.951	-	-	-	776.951	761.710
NTN	-	301.166	-	-	-	301.166	297.926
Debêntures	-	39.402	-	-	-	39.402	39.402
Subtotal	-	1.117.519	-	-	-	1.117.519	1.099.038
Vinculados à prestação de garantias:							
LTN	-	-	-	-	128.565	128.565	127.016
NTN	-	-	-	-	128.565	128.565	127.016
Debêntures	-	-	-	-	301.166	301.166	297.926
Subtotal	-	-	-	-	358.296	358.296	351.958
Total de títulos para negociação	-	1.457.260	44.132	358.907	369.105	2.229.404	2.1



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

x) "Hedge" de fluxo de caixa

Em 31 de março de 2012, existiam instrumentos financeiros derivativos utilizados como "hedge" de fluxo de caixa, representados por operações de "swap" cujo valor de mercado totalizavam R\$436.278 e os itens objetos de "hedge", dívidas subordinadas e títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, cujo saldos ajustados a valor de mercado totalizavam em R\$368.365. Os ajustes a valor de mercado foram registrados em conta específica do patrimônio líquido. No segundo trimestre de 2012 o Banco decidiu pela descontinuidade do "hedge" contábil acima mencionado, e, como previsto na circular nº 3.082/02, transferiu para o resultado do semestre o montante de R\$3.651 positivo, líquido dos efeitos tributários.

xi) Demonstrativo de análise de sensibilidade

Conforme Instrução CVM nº 475/08, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 30 de junho de 2012:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade 2012		
		Provável ⁱⁱⁱ	Possível ⁱⁱⁱ	Remoto ⁱⁱⁱ
	Variações na taxa de juros			
	Taxa de Juros Prefixada (PRE)	879	(12.163)	(24.326)
	Índice de Preços (IGPM)	1.407	(1.439)	(2.877)
	Índice de Preços (IPCA)	2.663	(1.107)	(2.213)
	Taxa TLP (TLP)	2.306	(1.533)	(4.611)
	Taxa TR (TR)	(112)	2.039	4.079
	Taxa de Cupom de Dólar	704	15	29
	Taxa de Cupom de Outras Moedas	(19)	(19)	(38)
	Taxa LIBOR USD	24	(213)	(427)
	Taxa LIBOR Outras Moedas	(5)	(1)	(1)
	Moedas	(1)	(1)	(1)
	Total (soma não correlacionada)*	(7.344)	(19.302)	(38.604)
	Total (soma correlacionada)**	(1.300)	(10.581)	(21.161)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenário	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
Cenário I - Provável	12/07/2012 (variação da Pre de 7,58% para 7,38% no vértice de 1 ano, de 9,45% para 9,27% no vértice de 5 anos, variação do dólar de 2,021 para 2,047, e variação do cupom de IPCA de 3,30% para 2,67% no vértice de 1 ano)		
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:		

Curva	Taxa		Nova Taxa	
	Mercado (1 ano)	Choque	Mercado (1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,58%	-25%	9,47%	-
Índice de Preços (IGPM)	1,98%	-25%	2,47%	-
Índice de Preços (IPCA)	3,02%	-25%	2,47%	-
Taxa TLP (TLP)	2,05%	-25%	1,54%	-
Taxa TR (TR)	8,17%	-25%	6,13%	-
Taxa de Cupom de Dólar	2,81%	-25%	2,11%	-
Taxa de Cupom de Outras Moedas	1,81%	-25%	2,26%	-
Taxa LIBOR USD	1,05%	-25%	0,79%	-
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,53%	-25%	0,40%	-
Moedas	2,021	-25%	2,526	-

Cenário III - Remoto - Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa		Nova Taxa	
	Mercado (1 ano)	Choque	Mercado (1 ano)	Choque
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	7,58%	-50%	11,36%	-
Índice de Preços (IGPM)	1,98%	-50%	2,97%	-
Índice de Preços (IPCA)	3,30%	-50%	1,65%	-
Taxa TLP (TLP)	2,05%	-50%	1,02%	-
Taxa TR (TR)	8,17%	-50%	4,08%	-
Taxa de Cupom de Dólar	2,81%	-50%	1,41%	-
Taxa de Cupom de Outras Moedas	1,81%	-50%	2,71%	-
Taxa LIBOR USD	1,05%	-50%	0,53%	-
Taxa LIBOR Outras Moedas	0,53%	-50%	0,27%	-
Moedas	2,021	-50%	3,032	-

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2012 e de 2011, estão assim sumarizadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Sector público	6.470	34.377	6.470	34.377
Capital de giro	2.394.356	2.248.857	2.630.912	2.389.123
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	10.359	9.598	10.359	9.598
Conta corrente garantida	45.955	34.717	45.955	34.717
Repasses do BNDES/Finame	811.184	902.238	811.184	902.238
Crédito consignado	46.650	97.806	46.650	97.806
Financiamento em moeda estrangeira	291.229	174.881	291.229	174.881
Financiamentos a exportação	578.424	521.524	578.424	521.524
Títulos descontados e outros	-	101.747	-	101.747
CDC veículos	276	1.011	276	1.011
Compror	23.589	9.190	23.589	9.190
Subtotal de operações de crédito	4.208.492	4.135.946	4.445.048	4.276.212
Devedores por compra de valores e bens	46.887	35.039	46.887	35.039
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	745.717	566.673	745.717	566.673
Subtotal	5.001.096	4.737.658	5.237.652	4.877.924
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(208.499)	(130.914)	(208.602)	(130.914)
Total	4.792.597	4.606.744	5.029.050	4.747.010

b) Por vencimento:

Prazo	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Até 3 meses	1.711.930	34.53	30.139	69.11
De 3 a 12 meses	1.542.755	31.12	13.413	30.76
De 1 a 3 anos	1.233.056	24.87	57	0,13
De 3 a 5 anos	369.788	7,46	-	-
De 5 a 15 anos	99.958	2,02	-	-
Total	4.957.487	100,00	43.609	100,00

Prazo	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Até 3 meses	1.711.930	32,96	30.139	69,11
De 3 a 12 meses	1.542.755	29,70	13.413	30,76
De 1 a 3 anos	1.233.056	23,74	57	0,13
De 3 a 5 anos	407.516	7,85	-	-
De 5 a 15 anos	298.786	5,75	-	-
Total	5.194.043	100,00	43.609	100,00

Prazo	Individual		Consolidado	
	2011	2011	2011	2011
Até 3 meses	1.251.029	26,49	7.204	47,04
De 3 a 12 meses	1.702.663	36,05	7.405	48,36
De 1 a 3 anos	1.217.007	25,77	4,04	6,00
De 3 a 5 anos	340.318	7,21	-	-
De 5 a 15 anos	66.303	1,48	-	-
Total	4.722.345	100,00	15.313	100,00

Prazo	Individual		Consolidado	
	2011	2011	2011	2011
Até 3 meses	1.158.725	25,73	1.158.725	25,79
De 3 a 12 meses	1.702.663	35,01	7.405	48,36
De 1 a 3 anos	1.217.007	25,03	4,04	6,00
De 3 a 5 anos	480.584	9,88	-	-
De 5 a 15 anos	211.328	4,35	-	-
Total	4.862.611	100,00	15.313	100,00

c) Por setor de atividade:

Setor	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Sector Público	6.470	34.377	6.470	34.377
Água e Saneamento	5.050	11.796	5.050	11.796
Farmacêutica e Cosméticos	1.420	1.424	1.420	1.424
Energia Elétrica e Renovável	4.994.626	4.701.800	5.231.182	4.842.066
Alcool e Alcool	869.675	637.487	906.139	658.007
Agricultura	548.216	524.085	577.599	549.357
Água e Saneamento	-	1.274	-	1.274
Alimentos	99.466	34.756	113.553	42.338
Bebidas e Fumo	244.282	114.586	257.047	119.641
Comércio Atacadista	66.303	60.311	81.974	80.339
Comércio Exterior	312.655	276.298	312.655	276.298
Comércio Varejista	3.748	65.749	3.748	65.749
Comunicação e Gráfica	24.550	-	24.550	-
Construção Civil	288.194	256.718	310.177	266.409
Construção e Engenharia - Infra Estrutura	381.163	480.011	423.037	500.229
Couro e Calçados	7.960	7.960	7.960	7.960
Eletroeletrônica	9.031	44.576	9.031	44.576
Energia Elétrica e Renovável	351.756	339.516	359.440	349.623
Farmacêutica e Cosméticos	38.626	103.421	38.626	103.421
Instituição de Ensino	10.885	48.108	10.885	48.108
Instituição Financeira	125.880	181.959	135.396	181.959
Materiais de Construção e Decoração	211.328	4.48	211.328	4.48
Mecânica	31.458	32.566	31.458	32.566
Metalurgia	194.628	100.236	200.933	107.818
Mineração	56.033	-	56.033	-
Papel e Celulose	68.744	57.945	68.744	57.945
Pessoa Física	42.728	47.227	42.728	47.227
Plásticos e Borracha	39.181	74.390	39.181	74.390
Processamento de Carne	167.817	270.574	167.817	270.574
Química e Petroquímica	196.429	97.938	196.429	97.938
Serviços Especializados	241.636	211.620	256.294	220.763
Serviços Médicos	16.150	26.058	16.150	26.058
Siderurgia	6.422	36.615	6.422	36.615
Tecnologia da Informação	13.623	72.425	18.381	72.425
Textil e Vestuário	77.719	64.493	81.393	69.561
Transportes e Logística	261.805	295.727	270.339	295.727
Veículos e Peças	192.640	188.075	201.840	188.075
Total	5.001.096	4.737.658	5.237.652	4.877.924

d) Por nível de risco e provisionamento:

Nível	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
AA	1.158.725	25,73	1.158.725	25,79
A	1.919.699	68,7	1.920.386	38,40
B	553.057	17,987	571.044	11,42
C	46.318	8,624	54.942	1,10
D	39.932	3,75	40.307	0,85
E	7.543	102	7.645	0,15
F	40.042	2,031	42.073	0,89
G	56.895	13,803	70.698	1,41
H	-	-	-	-
Total	4.957.487	43.609	5.001.096	100,00

Nível	Total das Operações		% Carteira	Provisão Res.2682	Provisão Adicional	Total
	A vencer	Vencidos				
AA	1.385.168	-	1.385.168	26,45	-	-
A	1.135.276	-	1.135.276	21,68	5.676	5.676
B	1.929.812	687	1.930.499	36,86	19.307	26.700
C	553.057	17.987	571.044	10,90	17.131	18.229
D	46.318	8.624	54.942	1,05	5.494	5.494
E	39.932	3,75	40.307	0,77	12.092	12.092
F	7.543	102	7.645	0,15	3.822	3.822
G	40.042	2,031	42.073	0,80	29.453	29.453
H	56.895	13,803	70.698	1,34	70.698	70.698
Total	5.194.043	43.609	5.237.652	100,00	163.673	44.929

Nível	Total das Operações		% Carteira	Provisão Res.2682	Provisão Adicional	Total
	A vencer	Vencidos				
AA	1.795.067	-	1.795.067	37,89	-	-
A	1.368.632	-	1.368.632	28,89	6.843	



Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	129	-	129	130	-	130
Impostos e contribuições sobre salários	1.805	-	1.805	1.849	-	1.849
Provisão para IR	-	-	-	2.524	-	2.524
Provisão para CS	-	-	-	1.508	-	1.508
ISS	345	-	345	862	-	862
IRRF	1.733	-	1.733	1.890	-	1.890
IRRF - s/ juros remunerados - capital	649	-	649	649	-	649
Provisão para IR e C.3 difendidos (Nota 09)	20.760	47.466	68.226	20.885	47.556	68.439
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.b e c.)	-	182.009	182.009	-	184.236	184.236
Total	25.421	229.475	254.896	30.295	231.792	262.087

c) Diversas

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	44.766	-	44.766	45.071	-	45.071
Cheques administrativos	3.721	-	3.721	3.721	-	3.721
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.d)	-	18.231	18.231	-	18.231	18.231
contingentes - trabalhistas (Nota 16.d)	-	5.432	5.432	-	5.432	5.432
Provisão para perdas - cessão (com cobrigoção (Nota 28.a))	-	3.721	3.721	-	3.721	3.721
Provisão FIDC	-	2.180	2.180	-	2.180	2.180
Outras despesas administrativas	2.662	9.460	12.122	2.772	9.460	12.232
Credores diversos - País	2.231	-	2.231	2.488	-	2.488
Total	53.480	39.024	92.504	54.052	39.024	93.076

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	18.221	-	18.221	18.343	-	18.343
Cheques administrativos	3.005	-	3.005	3.005	-	3.005
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.d)	-	8.092	8.092	-	8.092	8.092
contingentes - trabalhistas (Nota 16.d)	-	6.224	6.224	-	6.224	6.224
Provisão para perdas - cessão (com cobrigoção (Nota 28.a))	-	3.195	3.195	-	3.195	3.195
Outras despesas administrativas	2.918	-	2.918	2.936	-	2.936
Credores diversos - País	2.818	-	2.818	2.818	-	2.818
Total	26.962	17.511	44.473	27.102	17.511	44.613

16. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Em 30 de junho de 2012 e de 2011 não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS: Totalizam R\$29.138 no Individual e R\$29.603 no Consolidado (R\$23.993 no Individual e R\$24.303 no Consolidado, em 30 de junho de 2011); o Banco e a Pine Investimentos, interuseram medida judicial com vista a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal - STF, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. Aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário Interpostos pela União.

COFINS: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandato de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de COFINS. Em 30 de junho de 2011 totalizavam R\$147.649 no Individual e R\$149.558 no Consolidado.

Em 21 de maio de 2010, o Banco não admitiu os dois recursos extraordinários interpostos pela União Federal, foi interposto agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso extraordinário. Remetido ao Supremo Tribunal Federal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 543-B do Código de Processo Civil, tendo em vista a análise da Repercussão Geral já procedida no RE nº 585.235. Em razão dessa decisão, em 18 de maio de 2011, foi negado seguimento ao agravo de despacho denegatório interposto pela União Federal, que após embargos de declaração em face da supracitada decisão, sustentando haver material em relação ao recurso paradigma indicado, apontando como correto o RE nº 609.096. Os Embargos foram rejeitados. Ainda em face dessa decisão, foi interposto agravo regimental, com a mesma finalidade. O Doutor Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu o agravo regimental como pedido de reconsideração e manteve a decisão recorrida. Intimada dessa decisão, a União permaneceu inerte. O trânsito em julgado ocorreu em 21 de outubro de 2011 e foi certificado em 08 de novembro de 2011. Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$150.510 no Individual e R\$151.357 no Consolidado, no quarto trimestre de 2011 à qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da COFINS recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$15.872 no Consolidado, que atualizados pela Selic até 30 de junho de 2012, totalizam R\$33.910 no Individual e R\$34.330 no Consolidado. Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - imposto a recuperar", em contrapartida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Individual			Consolidado		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Total	Provisão	Depósitos Judiciais	Total
PIS	29.138	29.447	24.040	29.603	149.558	24.282
COFINS	-	147.649	156.134	-	157.011	148.644
IR e CS sobre juros sobre capital - 2005	-	6.916	-	-	6.916	-
Total	29.138	178.558	185.581	29.603	156.474	186.910

c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os períodos de 30 de junho de 2012 e de 2011 totalizam:

	Individual			Consolidado		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Total	Provisão	Depósitos Judiciais	Total
Contingências Fiscais	4.099	3.451	2.039	1.624	4.107	3.459
Contingências Trabalhistas	5.432	6.224	518	-	5.432	6.224
Contingências Cíveis	18.231	8.092	1.808	-	18.231	8.092
Total	27.762	17.767	4.365	1.624	27.770	17.775

d) Movimentação das provisões passivas:

	Individual			Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	29.197	7.124	16.025	52.346	165.423	5.788	5.238	176.449
Constituição (reversão)	2.961	(2.021)	1.698	2.638	9.319	349	2.661	12.329
Atualização	1.079	329	508	1.916	7.267	87	193	7.547
Saldo final	33.327	5.432	18.231	56.900	182.009	6.224	8.092	196.325

e) Segue as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:
Trabalhistas: Em 30 de junho de 2012 o Banco não possui processos trabalhistas classificados como possíveis. Cíveis: Os processos em sua maioria, referem-se à indenização por danos morais, questões sobre legitimidade de contrato e revisão contratual. A Administração, consultada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Banco, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. O valor estimado das perdas, ou seja, o valor aproximado do risco de desembolso pelo Banco com condenações e ou acordos baseado no histórico para causas semelhantes, totalizam R\$1.824 (R\$4.449 em 30 de junho de 2011).

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Individual					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Repasses do País - instituições oficiais - BNDES	-	338.805	251.986	136.703	85.440	812.934
Operações de repasses do exterior	7.163	10.249	-	60.621	-	78.033
Operações de empréstimos do exterior	429.349	873.404	-	-	-	1.302.753
Total	436.512	1.222.458	251.986	197.324	85.440	2.193.720

	Consolidado					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Repastos no País - outras instituições ⁽¹⁾	-	-	-	177.011	-	177.011
Repastos do País - instituições oficiais - BNDES	-	338.805	251.986	136.703	85.440	812.934
Operações de repastos do exterior	7.163	10.249	-	60.621	-	78.033
Operações de empréstimos do exterior	429.349	873.404	-	-	-	1.302.753
Total	436.512	1.222.458	251.986	374.335	85.440	2.370.731

	Individual					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Emprestimos no País ⁽¹⁾	3.347	-	-	-	-	3.347
Repastos do País - instituições oficiais - BNDES	82.515	245.186	301.054	136.324	132.800	897.879
Operações de repastos do exterior	799	97	-	46.809	-	47.705
Operações de empréstimos do exterior	479.890	458.259	3.414	-	-	941.563
Total	566.551	703.542	304.468	183.133	132.800	1.890.494

	Consolidado					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Emprestimos no País ⁽¹⁾	3.347	-	-	213.616	-	216.963
Repastos do País - instituições oficiais - BNDES	82.515	245.186	301.054	136.324	132.800	897.879
Operações de repastos do exterior	799	97	-	46.809	-	47.705
Operações de empréstimos do exterior	479.890	458.259	3.414	-	-	941.563
Total	566.551	703.542	304.468	396.749	132.800	2,104.110

(1) Em 30 de junho de 2012, R\$177.011 refere-se ao valor das cotas seniores do FIDC (R\$213.616 em 30 de junho de 2011).

18. RECURSOS DE ACITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de acites cambiais - letra de crédito do agronegócio - LCA
Referem-se à captação em LCA, pós fixadas, indexadas ao CDI, no montante de R\$409.013 (R\$344.611 em 30 de junho de 2011) com vencimento até maio de 2014.

b) Letras financeiras - LF
Referem-se à captação em LF, pós fixadas, no montante de R\$328.252 com vencimento até março de 2022 (R\$17.381 em 30 de junho de 2011).

c) Letras de crédito imobiliário - LCI
Referem-se à captação em LCI, pós fixadas, no montante de R\$19.414 com vencimento em maio de 2014. Em 30 de junho de 2011 não existia saldo em Letras de crédito imobiliário.

d) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior
Referem-se a recursos captados através do programa global de emissão de títulos privados ("Fixed Rate Notes"), os quais em 30 de junho de 2012 totalizam R\$251.240 (R\$230.721 em 30 de junho de 2011), com vencimento até 2022 e juros de até 8,80% em ano acrescidos de libor e variação cambial, e "Working Capital" no montante de R\$1.037 (R\$1.781 em 30 de junho de 2011) com vencimento até 2014. Segue abaixo a composição das "tranches" e saldos atualizados nas datas do balanço:

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
"Tranche" - USS				
5.455	US\$ 2,0% a.a + Libor	Jun/2014	11.037	12.781
10.000	US\$ 1,85% a.a + Libor	Nov/2014	20.272	21.904
13.636	US\$ 2,2% a.a + Libor	Mai/2014	-	2.934
14.091	US\$ 2,2% a.a + Libor	Out/2013	28.632	36.835
1.044	US\$ 8,0% a.a + Libor	Jan/2017	2.201	1.699
72.667	US\$ 3,0% a.a + Libor	Jan/2014	149.122	167.349
25.000	US\$ 4,2% a.a + Libor	Abr/2022	51.013	-
Total			262.277	243.502
(-) Circulante			(170.399)	(2.319)
Total do exigível a longo prazo			91.878	241.183

⁽¹⁾ O Banco possui certos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento atrelados a contratos de empréstimo, no montante de R\$28.632(FMO-Niederlande Financierings Maatschappij Voor Ontw-The Hague), que caso não sejam cumpridos podem acarretar na liquidação antecipada da dívida. Adicionalmente o Banco possui linhas com alguns órgãos multilaterais (IFC - Interacional Finance Corporation e IDB - Inter-American Development Bank) que garantem operações de empréstimos do Banco no montante de US\$100.000. Em 30 de junho de 2012 o Pine estava utilizando o montante de US\$99.671".

19. DIVIDA SUBORDINADA

	Individual e Consolidado	
	2012	2011
"Fixed Rate Notes"	264.796	204.702
"Fixed Rate Notes"	30.314	24.393
Letras Financeiras	48.137	15.786
Total	343.247	244.881

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social está dividido em 98.852.774 (85.409.105 em 30 de junho de 2011) ações nominativas, sendo 51.886.766 (45.443.872 em 30 de junho de 2011) ordinárias e 46.966.008 (39.965.233 em 30 de junho de 2011) preferenciais sem valor nominal.
Conforme deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de setembro de 2011 e 25 de outubro de 2011, foi aprovado a proposta de aumento do capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social do Banco, no valor de, no mínimo, R\$43.749 e, no máximo, R\$117.485, mediante a emissão de, no mínimo, 2.543.604 (dois milhões, quatrocentas e quarenta e três mil, seiscentas e quatro) ações preferenciais de emissão do Banco, no valor total de R\$43.749 ("Subscrição Mínima"), em decorrência da cessão do direito de preferência na subscrição pelo acionista controlador do Banco em favor do DEG, sendo que os recursos obtidos com referido investimento serão utilizados no crescimento das atividades do Banco. No dia 27 de setembro de 2011 o Banco protocolou a solicitação de aprovação do Banco Central do Brasil da proposta do aumento de capital. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 06 de janeiro de 2012 passando a ser registrado na rubrica de "Capital Social".

A reserwa de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.
b) Reserva de capital
A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.
c) Reserva de lucros
A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.
d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$30.008 - R\$20,3036 sendo R\$25.507 já deduzido o imposto de renda na fonte - R\$0,2580 por ação. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no semestre findo em 30 de junho de 2012 em R\$12.003.
Conforme Carta Circular nº 3.516/11, os dividendos adiantados propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$14.189 encontra-se classificado em conta destacada do patrimônio líquido.
A seguir apresentamos a conciliação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio para os semestres findos em 30 de junho de 2012 e de 2011:



PINE

Banco Pine S.A. e Controladas - Companhia Aberta - CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Provisão sobre cessão de crédito com coobrigação

Em 30 de junho de 2012 o Banco mantém provisão para perdas no montante de R\$3.721 (R\$3.195 em 30 de junho de 2011) sobre operações de crédito cedidas com coobrigação no valor total de R\$18.307 (R\$95.166 em 30 de junho de 2011). A referida provisão encontra-se registrada em "Outras obrigações - diversas".

b) Seguros

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2012 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 11 veículos	2.139
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	12.000
Seguro global de banco	Valores em espécie	300
Seguro aeronave	Garantias por parte do avião	339.560

c) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade "leasing" operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

Taxa	Prazo	Individual e Consolidado	
		2012	2011
4,22%	2	458	447
6,87%	2	1.188	1.036
		1.646	1.483

d) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a Instrução CVM nº 235, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do semestre.

Ativos	Consolidado 2012	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (i)	571.414	571.414
Operações de crédito (ii)	4.301.371	4.236.446
Outros créditos (ii)	839.065	842.055
Total de ativos financeiros	5.711.850	5.649.915
Passivos		
Depósitos à vista (iii)	32.708	32.708
Depósitos interfinanceiros (iii)	194.058	194.058
Depósitos a prazo (iv)	3.197.826	3.175.485
Recursos de aceites e emissão de títulos (iv)	1.020.232	1.018.956
Obrigação por empréstimos e repasses (iv)	2.361.788	2.370.731
Dívida subordinada (iv)	346.581	343.247
Total de passivos financeiros	7.153.193	7.135.185

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para devedores duvidosos. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de agosto de 2012 o Acionista Controlador do Pine e o DEG - Deutsche Investitions - Und Entwicklungsgesellschaft mbH ("DEG") celebraram um Contrato de Subscrição de Ações, que estabelece os termos e condições para a realização, pelo DEG, de um novo aporte de capital no Banco.

De acordo com os termos do Contrato de Subscrição de Ações, o DEG irá, sujeito à prévia autorização do Banco Central, subscrever 2.100.840 ações preferenciais de emissão do Pine, no montante de US\$15.000 (R\$30.000), a serem emitidas no âmbito de um aumento de capital por subscrição privada a ser oportunamente aprovado pelo Conselho de Administração do Banco. Para este fim, o acionista controlador do Pine irá ceder parcial e proporcionalmente ao DEG seu direito de preferência com relação à emissão privada de ações preferenciais acima mencionada, sendo assegurado o direito de preferência aos demais acionistas do Pine. O Acionista Controlador e a Administração do Banco manifestaram intenção de fazer aporte de R\$100.805, no âmbito do referido aumento de capital. Os aportes de capital do Controlador e da Administração terão as mesmas condições de precificação da operação, acima mencionada, com o DEG. Adicionalmente, o Conselho de Administração do Proparco - Societe de Promotion et de Participation Pour La Cooperation Economique S.A. ("Proparco") aprovou, em princípio, um investimento no Pine no valor de até €10 milhões. Esse investimento se dará por meio de um aumento de capital por subscrição privada de ações preferenciais nas mesmas condições de precificação das operações acima mencionadas a ser aprovado pelo Conselho de Administração do Banco após as negociações contratuais finais com o Proparco.

A DIRETORIA

José Aparecido da Silva - Contador CRC nº 15P152186/O-4

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE FINDO EM 30/06/2012

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas foi implantado em março de 2012, em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil - BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social do Banco Pine S/A e no seu Regimento (disponíveis no site www.pine.com.br/ri/), compete ao Comitê zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A elaboração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e suas controladas - Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

Das atividades do Comitê:

No período de março a agosto de 2012, o Comitê reuniu-se por 7 vezes, onde participou de 10 reuniões de trabalho com as principais áreas do Banco Pine S/A e suas controladas (Conglomerado Pine), envolvendo as áreas de negócio, de crédito, de controles e compliance, de gestão de riscos, de operações, de controladoria, de contabilidade e de tecnologia da informação. Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna.

Como produto dessas reuniões o Comitê teve oportunidade de apresentar sugestões ao Conselho de Administração para aprimoramento de controles e da gestão de riscos e acompanhará sua efetiva implantação ao longo do exercício de 2012.

Do Sistema de Controles Internos e de Gerenciamento de Risco Operacional

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controles e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Organização, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

Da Administração de Riscos Consolidada

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice-Presidência - "Chief Risk Officer", compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de risco de Mercado, Liquidez e de Crédito, que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos.

Da Auditoria Independente

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente - PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Demonstrações Financeiras Semestrais. Por ocasião destas reuniões, o Comitê discutiu, também, o Plano Anual de Auditoria, bem como a sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentadas e discutidas no Comitê e foram estabelecidas, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar

em risco a continuidade dos negócios da Organização. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Da Auditoria Interna

O Comitê aprovou a estrutura da Auditoria Interna e o Plano Anual compreendendo todas as operações, riscos e processos da organização e acompanha em suas reuniões o seu cumprimento. Nas reuniões do Comitê a presença permanente da Auditoria Interna proporciona o suporte necessário às atividades e o atendimento às demandas.

A Auditoria Interna atua, também, no atendimento às demandas dos órgãos reguladores, e nas suas reuniões com este Comitê apresenta e discute os relatórios e demandas desses órgãos.

Das Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Comitê avaliou os processos de elaboração das informações financeiras, os balancetes e balanços, individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Discutiu com a PwC e com os executivos da Organização as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e de suas controladas - Consolidado, para o semestre findo em 30/06/2012.

São Paulo, 03 de agosto de 2012

Antonio Hermann Dias Menezes de Azevedo

Presidente do Comitê de Auditoria

Membro Independente do Conselho de Administração

William Pereira Pinto

Membro Especialista

Tadeu Machado Zica

Membro Representante de acionista minoritário

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho

de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5

São Paulo, 6 de agosto de 2012

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 15P127241/O-0